

Brasil honrará compromissos

Após reunião com Delfim e Galvêas, Guerreiro garante que não há moratória

WILSON PEDROSA

“O Brasil não vai declarar moratória. Nem mesmo parcial”, garantiu ontem o chanceler Saraiva Guerreiro, no Palácio do Planalto, depois de se reunir com os ministros Delfim Netto, do Planejamento, e Ernane Galvêas, da Fazenda, para discutir a posição brasileira no encontro dos ministros das Relações Exteriores de países latino-americanos, previsto para esse mês. Já existem três confirmações: Argentina, Colômbia e México.

Guerreiro informou, entretanto, que o Brasil respeita a decisão da Bolívia, que paralisou o pagamento dos juros e amortizações aos bancos estrangeiros. Ressaltou que o País não pretende absolutamente seguir o mesmo caminho, lembrando que a situação brasileira é bem diversa.

Sobre o encontro com Delfim e Galvêas, disse que foram traçados os pontos principais da posição brasileira, muitos deles plenamente conhecidos a partir do documento divulgado por presidentes dos países devedores contra a última elevação da taxa preferencial de juros (prime rate). E a posição brasileira no encontro com os chanceleres irá apenas detalhar formas de modificar o pagamento aos países estrangeiros.

Guerreiro fez questão de esclarecer que não há entre ele e o ministro Delfim “nenhuma divergência sobre a forma de conduzir a dívida externa”. Disse: “É um trabalho em perfeita harmonia”. Um repórter perguntou-lhe se houve “capitulação” do Ministro do Planejamento. A resposta: “Não houve capitulação. Só há

capitulação quando há guerra. Não estamos em guerra, muito, ao contrário”.

Segundo o chanceler, existem pontos em comum entre os países devedores. “Sempre tenho defendido que não devemos negociar a dívida globalmente. Cada país tem sua particularidade. Mas há objetivos comuns, como, por exemplo, a questão dos prazos e o nível dos juros. Todos procuram prazos mais largos e taxas mais baixas. Além do acesso mais fácil aos mercados”.

Afirmou que existe a preocupação comum em relação à taxa flutuante de juros. “É preciso discutir fórmulas para que haja uma previsão sobre essa taxa”. Esclareceu que toda essa movimentação entre os países devedores não visa “acuar” os credores internacionais. “Não há dúvida de que tanto os que devem como os que emprestaram têm interesses comuns. É possível, a partir daí, chegar-se a um entendimento. Os interesses do Norte e do Sul são complementares, não divergentes”.

Ressaltou: “Obviamente, a recessão afeta com maior dose de dramaticidade os países subdesenvolvidos, ainda carentes de serviços básicos, como educação, transporte, alimentação”.

Acrescentou que um “alívio” nas taxas de juros e melhores prazos criariam um “respiradouro” para as economias dos países devedores que, dessa forma, poderiam ganhar mais “fôlego” em busca de seu desenvolvimento, obtendo melhores condições para o pagamento de sua dívida. Mas esclareceu: “Esse alívio não produzirá milagres. Não será um passe de mágica”.